



Vol. 10, Nº 23 (diciembre / dezembro 2017)

VALORIZAÇÃO TURÍSTICA E PATRIMONIAL EM AMBIENTES FLORESTAIS: DOIS EXEMPLOS (MATA DO SOBRAL E MATA DE SÃO PEDRO DIAS-ALVEITE) NO CENTRO DE PORTUGAL

Paulo Carvalho¹

Luiz Alves²

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Paulo Carvalho y Luiz Alves (2017): "Valorização turística e patrimonial em ambientes florestais: dois exemplos (Mata do Sobral e Mata de São Pedro Dias-Alveite) no Centro de Portugal", Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 23 (diciembre / dezembro 2017). En línea: <http://www.eumed.net/rev/turydes/23/ambientes-florestais.html>

Resumo

Os ambientes florestais são sinónimo de multiplicidade de usos e valores no contexto da sociedade pós-moderna. O turismo e as atividades recreativas, pela ligação às paisagens florestais de relevância patrimonial (as quais podem ter estatutos de proteção/classificação) e a determinados elementos diferenciadores como a aprendizagem e as experiências de grande valor simbólico, configuram segmentos de grande interesse e visibilidade para o seu desenvolvimento sustentável.

As Matas do Sobral e de São Pedro Dias-Alveite, próximo da cidade de Coimbra, no Centro de Portugal, são exemplos relevantes de espaços que importa salvaguardar e valorizar através de propostas centradas em atividades de educação ambiental, lazer e turismo, em contacto com a natureza, o património cultural e paisagístico.

Palavras-chave: Turismo de Natureza; Lazer Ativo; Multifuncionalidade Rural; Património Florestal; Mata do Sobral; Mata de São Pedro Dias-Alveite.

¹ Doutor em Geografia. Docente do Departamento de Geografia e Turismo e Investigador do CEGOT. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. paulo.carvalho@fl.uc.pt

² Mestre em Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento. Doutorando em Geografia. Investigador do CEGOT. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. luizalves90@hotmail.com

Abstract

The forest environments are synonymous with the multiplicity of uses and values in the context of postmodern society. Tourism and recreational activities, with the connection to the forest landscapes of patrimonial relevance (which can have statutes of protection/classification) and certain elements differentiators as learning and experiences of great symbolic value, configure segments of great interest and visibility for your sustainable development.

The Matas (Woods) of Sobral and São Pedro Dias-Alveite, near the city of Coimbra, in Central Portugal, are relevant examples of spaces that safeguarded and value through proposals that focus on environmental education, leisure activities and tourism, in contact with nature, the cultural and landscape heritage.

Keywords: Nature Tourism; Active Leisure; Rural Multifunctionality; Forest Heritage; Mata do Sobral; Mata de São Pedro Dias-Alveite.

1. Estado da arte: síntese retrospectiva e olhar prospetivo

Diversos documentos orientadores e normativos, com génese em instituições de referência nacional e internacional, preconizam que a floresta é um sistema integrado de recursos a que correspondem múltiplos usos e funções. A produção de bens de consumo, quer para a fileira da indústria do mobiliário, transformação de madeiras, pasta do papel, cosmética, quer para a alimentação humana (frutos silvestres, cogumelos, mel, espécies cinegéticas), os serviços ambientais (como o fornecimento de oxigénio, água, energia “verde”) e as utilizações lúdicas e turísticas (designadamente atividades de baixas ou nulas emissões de carbono) são apenas alguns exemplos da complexidade e extrema importância dos ecossistemas florestais para a vida na Terra.

Os ambientes de montanha, pela sua relevância estratégica global neste domínio (Price, 2007), emergem no centro de preocupações, decisões e intervenções científicas, políticas e sociais, as quais reconhecem a necessidade de configurar instrumentos adaptados às suas especificidades, através de uma efetiva articulação entre as diferentes políticas que interferem no seu desenvolvimento (Carvalho, 2008) – uma vez que a esmagadora maioria das ferramentas utilizadas até ao momento estão diluídas no contexto das políticas agrícolas e rurais.

A utilização sustentável do solo de vocação florestal é cada vez mais relevante e será decisiva para o futuro não só dos espaços rurais e montanhosos mas também no que concerne ao conjunto do Planeta Azul. Apesar da complexidade e heterogeneidade

rural/florestal, em particular nas regiões norte e centro de Portugal, vislumbram-se como tarefas inadiáveis atualizar o cadastro e o registo predial rústico (configuração e delimitação; titularidade, utilização/ocupação e valor patrimonial); integrar nos instrumentos de gestão territorial de escala municipal (planos diretores municipais) a qualificação (utilização/vocação) dos espaços florestais, de forma a contribuir para uma correta ocupação/utilização dos solos em função das espécies florestais consideradas mais adequadas e, assim, criar paisagens não só mais resilientes como também de maior relevância para a geodiversidade e a biodiversidade; planejar e implementar corredores de proteção de lugares/equipamentos/infraestruturas e de descontinuidade dos mosaicos florestais, através de servidões administrativas ou outras figuras adequadas, o que é particularmente pertinente face ao problema cada vez mais agudo e complexo dos incêndios florestais; criar e implementar políticas ativas de valorização dos espaços florestais, quer na vertente da conservação, quer na vertente da produção, de forma a reduzir e requalificar os espaços abandonados e degradados, bem como a incentivar novas formas de organização e gestão profissional, nomeadamente a fileira florestal; intensificar e diversificar as ações preventivas (vigilância, patrulhamento, sensibilização, educação ambiental) com um maior envolvimento da sociedade civil, do universo académico e das forças de segurança (incluindo o exército).

A uma visão economicista, centrada na produção e distribuição de matéria lenhosa, energia, água, recursos minerais e outros bens de grande consumo a custos reduzidos, que dominou durante longas décadas e conduziu em certas situações ao esgotamento de determinados recursos, abandono de lugares, degradação (mais ou menos irreversível) de paisagens, sucedeu, com maior frequência nas últimas três décadas, uma perspetiva holística (integrada), que considera, por um lado, a necessidade de convergência entre as esferas económica, social, ambiental e territorial, e, por outro, estimula a implementação de medidas dinamizadoras da multifuncionalidade rural/florestal, de que resultou também a valorização da dimensão imaterial e a crescente afirmação dos estatutos de proteção/classificação de lugares e paisagens singulares.

É no contexto de diversificação funcional que as atividades lúdicas e turísticas emergem como oportunidades para o mundo rural em geral (Getz & Page, 1997; Butler *et al.*, 1998; Roberts & Hall, 2001; Sharpley, 2003; Dashper, 2014) e os ambientes florestais em particular (Font e Tribe, 2000; Bell *et al.*, 2009; Stein *et al.*, 2012). Crescimento, flexibilidade, segmentação, inovação, criatividade são algumas das facetas

de maior visibilidade na evolução contemporânea do turismo (Richards & Wilson, 2007; Cooper & Hall, 2008) – uma indústria complexa e multifacetada, segundo as palavras de Poon (1993) –, do mesmo modo que é evidente uma oferta de produtos cada vez mais especializados, personalizados e facilitadores de experiências singulares e intensas (Tan et al., 2013; Carvalho e Alves, 2017), em resposta a uma procura informada, exigente e diversificada – além de desafios relacionados com a tecnologia, em particular a informação e comunicação (Buhalis, 2003), e o ambiente, designadamente as alterações climáticas (Burns, 2013).

Na descoberta ou redescoberta turística do rural, o alojamento (dimensão básica da atividade turística) assumiu um papel relevante, designadamente casas senhoriais, palácios, palacetes e outros imóveis com história ou valor arquitectónico, os quais estão na génese da oferta do turismo rural em Portugal (turismo de habitação), mas com o decurso do tempo, em resposta ao crescimento e alargamento da base de procura, emergem novas tipologias de alojamento (por exemplo, casas de campo, hotéis rurais, parques de campismo rurais) e despertam novos interesses, como a participação dos turistas em atividades de cariz agrícola ou agrosilvopastoril (agroturismo) ou a fruição dos ambientes rurais através de novas atividades ao ar livre, como é o caso do pedestrianismo, cicloturismo, BTT (bicicleta todo o terreno), e mais recentemente *geocaching* e *trail running*, entre outras.

As atividades de lazer e turismo, conotadas com a natureza e vinculadas a diferentes perfis (idade, habilitações académicas, condição económica, situação profissional) e motivações de visitantes/turistas, podendo assumir uma dimensão *soft* ou *hard*, em função de maior ou menor grau de exigência física, técnica e conhecimento científico, são hoje parte fundamental da oferta de produtos e serviços (e, por conseguinte, da capacidade de atração) dos territórios rurais.

O crescimento do turismo com base na natureza tem criado muitas oportunidades para as regiões rurais, com implicações na diversificação das atividades económicas e nos usos do solo, em particular aquelas que apresentam maior dimensão de amenidades naturais e/ou culturais (Fredman & Tyrväinen, 2010).

Mas para compreender a evolução do espetro florestal, nos espaços serranos ou montanhosos da área geográfica em estudo, em particular no último século, é preciso chamar à narrativa o Estado Central através dos Serviços Florestais³. A degradação

³ Nas últimas duas décadas os antigos Serviços Florestais conheceram várias alterações orgânicas, das quais resultaram, em sua substituição, entidades como o Instituto Florestal, a Direção Geral de

florística das montanhas (e não só) atingiu proporções de tal forma significativas, resultado de práticas seculares (pastoreio, queimadas, exploração florestal, entre outras) com efeitos catastróficos não só para o coberto vegetal (em particular as espécies autóctones) mas também no que concerne aos solos e linhas de água (dando lugar a intensos processos erosivos), que o Estado assumiu como prioridade a reflorestação⁴ de bastas áreas em diversos municípios do país.

A principal espécie utilizada nessas operações foi o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), pelas qualidades já demonstradas de grande capacidade de adaptação a solos pobres ou esqueléticos em diferentes ambientes geográficos, e efeitos positivos para a sua (lenta) reconstituição (com operações que começaram no final do século XIX no sistema dunar do centro e norte de Portugal – na linha de intervenções históricas documentadas desde o século XIII) e posterior introdução de espécies mais exigentes, não sendo irrelevante o valor económico e as diversas utilizações do pinheiro bravo (madeira, resina, lenha, entre outras) em atividades como, por exemplo, a construção civil, a indústria resinera e o aquecimento doméstico. Em função de especificidades fisiográficas locais/regionais, outras espécies, folhosas e resinosas, quer nativas, quer exóticas, foram também utilizadas, por vezes em larga escala, em diversos perímetros florestais como, por exemplo, nas serras do Caramulo, Estrela, Gerês e Lousã. Nesta última, os antigos cantões das Hortas e do Porto Espinho conservam espécies de grande valor ornamental, com exemplares notáveis (*Quercus pyrenaica*, *Cedrus atlantica*, *Cupressus Lusitanica*, *Chamaecyparis lawsoniana*, *Pseudotsuga menziessi*, *Pinus sylvestris*, *Pinus nigra*, entre outros), que permite compreender a dimensão das intervenções e os seus efeitos positivos na montanha – não se tivesse perdido, aí, como

Florestas, a Autoridade Florestal Nacional e, por último, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

⁴ “O Regime Florestal é o conjunto de disposições destinadas a assegurar não só a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias, no litoral marítimo. (parte IV, artigo 25.º, do Decreto de 24 de dezembro de 1901).

O Regime Florestal é Parcial quando aplicado a terrenos baldios, a terrenos das autarquias ou a terrenos de particulares, subordinando a existência de floresta a determinados fins de utilidade pública, permite que na sua exploração sejam atendidos os interesses imediatos do seu possuidor. (parte IV, artigos 26.º e 27.º, do Decreto de 24 de dezembro de 1901)” (<http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/regflo/perim-flor>; acesso em 22/09/2017).

Matas nacionais, matas, perímetros florestais são as designações mais comuns para as áreas que foram intervencionadas e estão hoje sob gestão (ou cogestão) do Estado (ICNF), o qual gere também áreas protegidas de âmbito nacional e classificadas (como é o caso da Rede Natura 2000).

em tantos outros locais, sobretudo por causa dos incêndios, uma parte significativa das manchas verdes reconstituídas.

A reflorestação foi acompanhada da abertura de estradas, as quais tiveram um papel decisivo para retirar os espaços intervencionados de um certo isolamento secular, constituindo hoje, em diversos casos, a rede capilar de articulação com as vias regionais e nacionais, com externalidades positivas na génese e consolidação de novas atividades relacionadas com a atração de visitantes e/ou residentes.

A construção de casas para a guarda-florestal, fontanários, tanques, minas para captação e condução de água, fornos e demais dependências, materializa outra marca incontornável desse ambicioso plano de investimento realizado pelo Estado. O progressivo “desmantelamento” dos Serviços Florestais, a redução da atividade florestal *in loco*, o abandono e degradação do património florestal (das espécies às marcas materiais referidas), são factos que suscitam preocupações e dúvidas quanto ao futuro dos espaços florestais sob tutela total ou parcial do Estado, embora se reconheça o seu valor estratégico, quer para ações de reflorestação em áreas “devolutas”, quer para atividades de lazer, turismo, educação/investigação nos exemplos ainda relevantes de manchas (apesar de cada vez mais residuais) de valor patrimonial (com ou sem estatuto de proteção/classificação⁵), como acontece com os casos de estudo que apresentamos na segunda parte desta reflexão.

2. Casos de estudo: considerações e propostas preliminares

Os dois exemplos de valorização lúdica, turística e patrimonial em ambientes florestais, aqui apresentados de forma preliminar uma vez que estamos a desenvolver trabalhos de investigação, dizem respeito à Mata do Sobral e ao Perímetro Florestal das Serras de São Pedro Dias e Alveite⁶ (designado, nesta reflexão, por Mata de São Pedro Dias-Alveite) nos concelhos de Lousã e Vila Nova de Poiares, respetivamente (figura 1). A cidade de Coimbra (a noroeste, distando escassas dezenas de quilómetros) e a

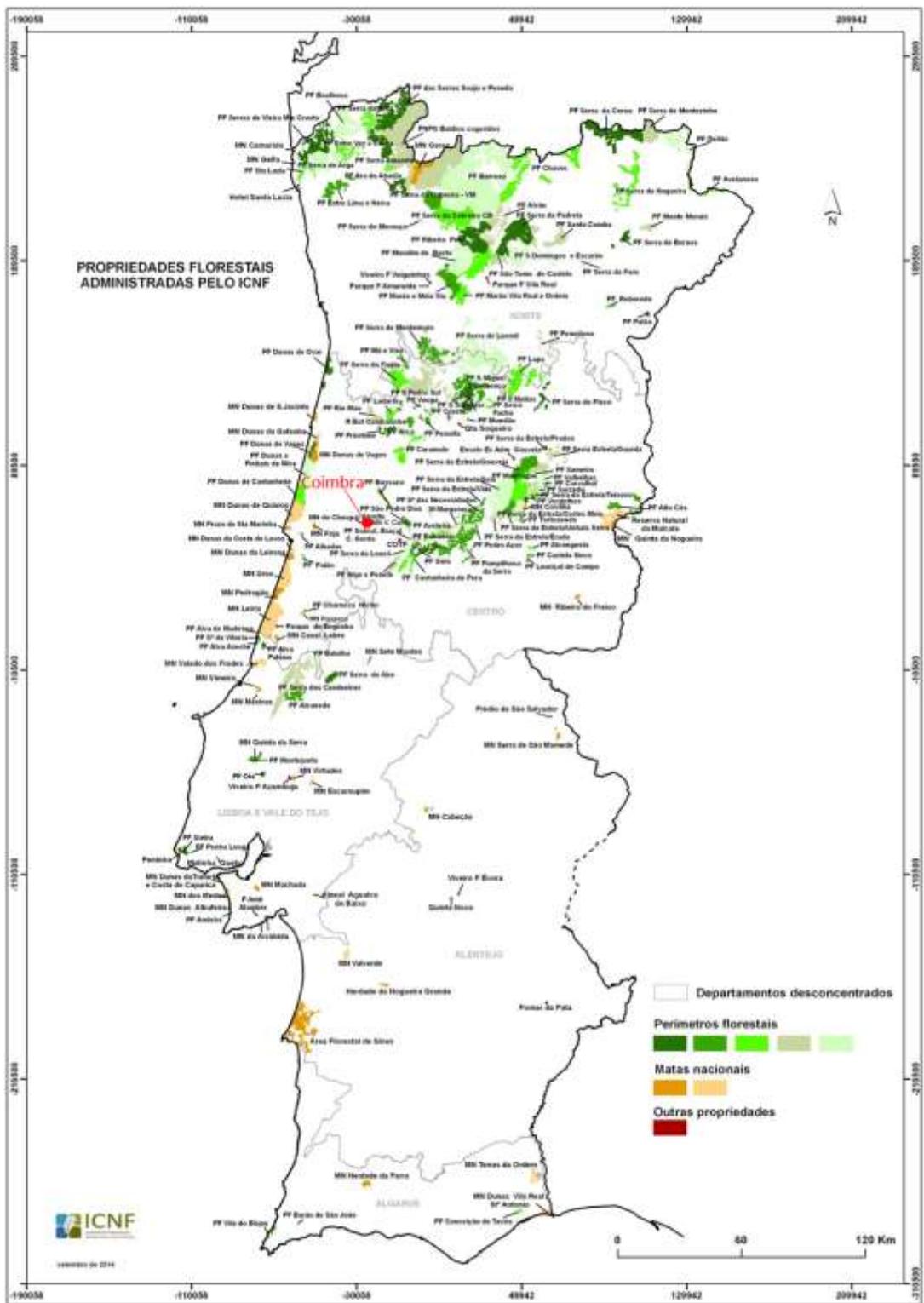
⁵ Conforme o Decreto-Lei n.º 142, de 24 de julho de 2008, a Rede Fundamental de Conservação da Natureza é formada pelas áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e pelas áreas de Reserva Ecológica Nacional, de Reserva Agrícola Nacional e do domínio público hídrico. O SNAC é constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (com as tipologias de parque nacional, parque natural, reserva natural, paisagem protegida e monumento natural), pelas áreas classificadas que integram a Rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

⁶ No passado dia 15 de outubro de 2017, quando estávamos a finalizar o presente texto, um violento incêndio destruiu de forma significativa o coberto vegetal da nossa área de estudo.

Serra da Lousã (a sudeste, na extremidade ocidental da Cordilheira Central) configuram pontos de referência fundamentais para localizar a área de estudo⁷.

⁷ De acordo com o “Plano de Intervenção Operacional - Bosques da Lousã”, elaborado pela Direção Regional de Florestas do Centro/Autoridade Florestal Nacional (2008:11), a Mata do Sobral ocupa cerca de 540,44 hectares.

Segundo dados da DGOTDU, integrados na 1.ª Revisão do “Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Poiares”, a área submetida ao regime florestal, na qual se inclui o Perímetro Florestal de São Pedro Dias e Alveite, corresponde a 724,52 hectares.



Fonte: ICNF (2017)

Figura 1. Mapa simplificado de localização da área de estudo (no contexto das propriedades florestais administradas pelo ICNF em Portugal Continental)

Apesar da especificidade geomorfológica (litologia e estrutura), biogeográfica e antrópica, as referidas Matas apresentam alguns traços comuns, designadamente a submissão ao regime florestal (Sobral, em 1909; São Pedro Dias-Alveite, em 1941) e, em particular nas últimas décadas, o resultado de algumas decisões centrais do Estado e de desastres relacionados com incêndios florestais, conduziu a uma gestão cada vez menos ativa/comprometida, com consequências incontornáveis para a degradação, abandono e desvalorização quer da componente biogeográfica, quer dos equipamentos ou infraestruturas associados (por exemplo, as estradas florestais, as casas da guarda florestal e suas dependências), situações que importa alterar.

2.1 Mata do Sobral

Sobral das Matinhas é o topónimo mais antigo para identificar a Mata do Sobral, datando dos meados do século XVIII. Em resposta às cartas circulares que a Coroa, após o terramoto de 1755, dirigiu aos prelados do país, designadamente a de 1758 “(...) juntamente com um interrogatório a que os párocos deveriam dar resposta e remeter para a Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino” (Chorão, 1988:132), o padre Manuel Baptista da Silva (responsável pela paróquia de Serpins, então dependente do Mosteiro de Lorvão), em resposta ao 8º quesito do interrogatório sobre “o que se procura saber dessa serra”, ou seja “De que plantas ou ervas medicinais é a serra povoada, e se se cultiva em algumas partes, e de que géneros de frutos é mais abundante”, assinala “(...) que não tem plantas de estimação, e só tem uma mata junto à Serra do Sobral chamada o Sobral das Matinhas, com muitos carvalhos, sobreiros, ervedeiros ou medronheiros que a fazem muito densa (...)” (Chorão, 1988:150) – a atualização ortográfica é da nossa responsabilidade.

Ainda segundo o registo do referido pároco, a vila homónima (Serpins) e o seu termo estava “(...) quase todo rodeado de serra alta despovoada (...)” e “tem mais de um nome, porque a parte do Sul se chama Lomba do Mouro, a do Nascente Serra do Sobral e T (?), a do Norte, Serra de Alvite e Patanão, e alguma parte do Poente se chama a Cabeça Gorda (...)” (Chorão, 1988:149-150).

Portanto, a Serra do Sobral constitui a referência toponímica mais utilizada pelo pároco, nomeadamente quando refere que “(...) tem nas abas canteiras de pedra branca muito boa que se tira não só para as obras principais que se fazem na freguesia, mas também para as vizinhas quando nelas se faz alguma obra primorosa (...)” (Chorão, 1988:150) – para além do que já referimos a respeito da Mata.

Ao longo do século XIX, diversos registos (relatos de viajantes e relatórios oficiais) confirmam a progressiva degradação do coberto vegetal, situação que não deixará de agudizar-se pelo menos até ao início do século XX, quando o Estado assumiu a tarefa de reflorestação da Mata do Sobral, em conjunto com as vizinhas Matas do Braçal e da Cabeça Gorda. Mais tarde, na sequência da publicação dos decretos n.º 3260 (1917) e 10326 (1924), avançou em definitivo para uma escala de maior envergadura: a submissão ao regime florestal (parcial) de quase 4500 ha na Serra da Lousã (Perímetro Florestal da Serra da Lousã⁸), para o qual contribuiu o respetivo projeto de arborização, aprovado em 1939.

Matinhas era, então, o lugar mais próximo do coração do Sobral, num quadro de povoamento onde aparecem também as localidades de Avessada, Matas, Chã, Quatro Águas, Turbilhão e Valada, os quais, de certa forma, delimitam a ponte e sul, a Mata do Sobral. Estes lugares, com exceção de Chã e Matinhas, aparecem referenciados no “Cadastro da População do Reino (1527). Actas das Comarcas Damtre Tejo e Odiana e da Beira”, publicado em 1934 por João Telo de Magalhães Colaço. As Matinhas e o Turbilhão deixam de marcar presença (pelo menos de forma individual) nos Censos desde 1940 e 1911, respetivamente. No setor oriental de Sacões, no termo da vila de Góis, os lugares de Sacões, Conhais e Ponte do Sótão foram assinalados no “Numeramento de 1527”.

Nesta linha de reflexão, importa explicar que a Mata do Sobral é parte (setor ocidental) de uma subunidade de paisagem de maior amplitude: a Serra de Sacões. Esta eleva-se a 601 metros, definindo na sua linha de cumeada e prolongamento setentrional (da Candosa até próximo de Olho Marinho) e meridional (da Portela de Albergaria ao Trevim) a fronteira administrativa Lousã-Góis. Do ponto de vista litológico, a Serra de Sacões corresponde a uma (alta) colina sedimentar (Daveau, 1985) na área do alvéolo tectónico Lousã-Arganil (portanto, a noroeste da Cordilheira Central), tendo na parte inferior arenitos “(...) a que se sobrepõem espessas séries detríticas, grosseiras, com alternância de fácies fluviais e de raña” (Daveau, 1985:20), tal como acontece no Carvalhal (Góis), com o vale profundo (entalhado) onde corre o rio Sótão a servir de separador, e em Santa Quitéria (Arganil, a sul do rio Alva), diferenciando-se de outras subunidades das bacias da Lousã e de Arganil, onde dominam depósitos finos e

⁸ Embora da área submetida ao regime florestal “(...) apenas 1337 ha tinham sido já completamente arborizados, sendo os restantes hectares deixados para logradouro” (Costa, 1992:26).

pequenas elevações. Na parte ocidental das referidas bacias, “(...) a boa qualidade dos afloramentos permite a distinção de quatro séries sedimentares sobrepostas: na base, os arenitos esbranquiçados do Buçaco, sobre os quais assentam as areias avermelhadas do Buçaqueiro e, a seguir, as argilas acinzentadas da Fábrica do Pisco, coroadas por cascalheiras heterométricas” (Daveau, 1985:20).

Contudo, as marcas paisagísticas regionais mais intensas (pela imponência e diversidade que estabelecem) são, por um lado, a crista quartzítica desde o Buçaco (Atalhada, São Pedro Dias e Candosa) aos Penedos de Góis⁹ (a qual separa em dois conjuntos as formas do referido alvéolo tectónico) e, por outro, a Serra da Lousã (divisória das bacias hidrográficas Mondego-Zêzere), da qual se separa por uma pequena portela (junto à casa da guarda-florestal de Albergaria) mas onde é visível, quando caminhamos para sul, o levantamento vigoroso da montanha até ao topo dos seus grandes mastros (atingindo os 1205 metros no Trevim). É o reino do xisto, só interrompido por pequenos alinhamentos quartzíticos, que se prolonga para nascente (Caveiras e Açor) e sul (Alvelos, Cabeço Rainha e Muradal).

A ocupação florestal do setor oriental de Sacões (da linha de cumeada até ao rio Sótão), com o predomínio de pinheiro bravo, eucalipto e acácia mimosa (com elevada densidade também ao longo da estrada nacional 342 e ligação às Aldeias do Xisto de Góis) coloca em evidência o valor fitogeográfico excecional de uma parte significativa da Mata do Sobral, aliás já reconhecido oficialmente com a sua inclusão na Rede Natura 2000 (em concreto o sítio Serra da Lousã – código PTCON0060 –, com 15158 ha, nos concelhos de Castanheira de Pera, Góis, Figueiró dos Vinhos, Lousã e Miranda do Corvo, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho).

Com efeito, a Mata do Sobral, pela sua biodiversidade, apresenta-se como um dos principais refúgios da vegetação mediterrânica na região, embora ameaçado pela crescente dispersão de plantas invasoras, sobretudo de acácia mimosa (*Acacia dealbata*) e, em crescendo, de acácia-de-espigas (*Acacia longifolia*), háquea-espinhosa (*Hakea sericea*) e ailantos (*Ailanthus altissima*), bem como por outros fatores com destaque para os incêndios florestais.

⁹ De acordo com Lourenço (1996:35), no interior das Serras de Xisto do Centro de Portugal afloram quartzitos, em manchas alongadas e estreitas, orientadas NW-SE (numa direção ortogonal à orientação geral das formas de relevo das Serras de Xisto, de NE-SW), de idade ordovícica (cerca de 480 milhões de anos).

Os sobreiros (*Quercus suber*), espécie autóctone que, pela sua abundância, estarão na base da designação atribuída a esta mata, são acompanhados por vastos núcleos de medronheiro (*Arbutus unedo* – figura 2), folhado (*Viburnum tinus*), carvalhais, pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), bem como de uma pequena (mas importante) mancha de pinheiro-manso (*Pinus pinea*).

As condições providenciadas pela flora existente apresentam-se como relevantes para a manutenção de habitats para espécies faunísticas como o veado (*Cervus elaphus*), javali (*Sus scrofa*), raposa (*Vulpes vulpes*), várias espécies de aves, entre as quais se destacam o melro-preto (*Turdus merula*) e o gaio (*Garrulus glandarius*), bem como de borboletas como a borboleta-cauda-de-andorinha (*Papilio machaon*) ou cleopatra (*Gonepteryx cleopatra*).



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 2. Medronheiros na Mata do Sobral (12/2016)

No quadro cénico, o interior da Mata do Sobral é um verdadeiro miradouro para a Bacia da Lousã (atravessando algumas escombrelas de gravidade) e, na linha de

cumeada, permite à visão alcançar uma vasta área territorial, estendendo-se por todo o setor noroeste da Cordilheira Central e relevos que contextualizam essas duas unidades geomorfológicas (Senhor da Serra, Buçaco, Caramulo, entre outros).

Assim, reconhecendo a Mata do Sobral como uma das mais relevantes paisagens do concelho da Lousã e de toda a região, importa planear e lançar iniciativas de conservação mas, não menos importante, de valorização e promoção, através de infraestruturas de turismo e lazer, com baixas emissões de carbono e com captação de praticantes de diversas modalidades, que conduzam ao reconhecimento e fruição do património natural e cultural do Sobral. Numa outra perspetiva, a valorização deste setor do concelho da Lousã (com características geomorfológicas e biogeográficas diferenciadas) através da diversificação da oferta nestas modalidades, atualmente muito concentradas na Serra da Lousã, pode conduzir a uma maior atratividade por parte do território fruto da sua oferta variada mas, em simultâneo, complementar.

O reconhecimento deste valor excepcional e a preocupação de, por um lado, controlar e erradicar as espécies exóticas invasoras que afetam a Mata do Sobral e, por outro, recuperar e valorizar os seus habitats e espécies, as quais possam servir de referência para intervenções semelhantes, a realizar no futuro em outras áreas do referido SIC, e eventualmente em outros locais do país, está na génese da candidatura (no contexto do Aviso POSEUR¹⁰-15-2016-53) e do trabalho a desenvolver no terreno através de uma parceria entre a Câmara Municipal da Lousã e a Junta de Freguesia de Serpins – a que se associam outras entidades, designadamente académicas/científicas como é o caso, por exemplo, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) da Universidade de Coimbra.

A casa do guarda-florestal da Portela de Albergaria (figura 3), pela sua localização (é a principal porta de entrada da Mata do Sobral), simbolismo e demais características arquitetónicas e funcionais, apresenta um enorme interesse para integrar e apoiar as atividades de conservação e valorização do Sobral, em particular através das seguintes valências: espaço museológico, com exposição permanente alusiva ao processo histórico da sua evolução fitogeográfica, e exposição temporária centrada nas atividades e temáticas da sua utilização/valorização contemporânea; espaço de apoio a projetos de investigação e investigadores nacionais e internacionais que desenvolvem

¹⁰ O POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) é um dos 16 programas no âmbito da Estratégia Portugal 2020 (acordo de parceria entre Portugal e a Comissão Europeia, para a implementação de políticas e instrumentos de desenvolvimento entre 2014-2020).

atividades científicas na Mata do Sobral e na Serra da Lousã, com condições de trabalho e estada por determinados períodos de tempo; centro de interpretação dos habitats, espécies e paisagens da Mata; espaço de apoio aos praticantes de BTT, *trail* e outras atividades consideradas compatíveis e desejáveis no contexto de valorização e divulgação da Mata do Sobral.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 3. Casa do guarda-florestal (Portela de Albergaria, 12/2016)

2.2 Mata de São Pedro Dias-Alveite

O perímetro florestal das serras de São Pedro Dias e Alveite¹¹ foi constituído por decreto de 3 de outubro de 1941 (publicado no Diário do Governo, 2.^a série, n.º 231, de

¹¹ O Decreto-Lei 38/2003, publicado no Diário da República (série I-B, n.º 195, de 25 de agosto, p. 5517), excluiu do regime florestal parcial uma parcela de 27 hectares, a pedido da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, para a construção do aeródromo da serra do Vidoeiro (freguesia de São Miguel de Poiares). Uma vez que está ultrapassado o prazo estabelecido (cinco anos após a data da publicação do decreto) para a concretização do uso/conclusão dos trabalhos (no local são visíveis os resultados das operações de terraplanagem), deduzimos que a área em causa tenha sido novamente integrada no perímetro florestal, conforme previsto no referido diploma.

3 de outubro de 1941) e corresponde a antigos terrenos baldios, com quartzitos (a noroeste), arenitos (a sudeste) e outros materiais sedimentares, elevando-se a 452 metros de altitude. A sudeste, a Serra do Passô e o rio Ceira (que atravessa a crista quartzítica na Senhora da Candosa, entre Serpins e Vila Nova do Ceira, resultando uma das epigenias mais conhecidas do país), fazem a transição para a Serra de Sacões. A noroeste destaca-se a Serra da Atalhada (357 metros) e o Buçaco (549 metros), conforme já referido.

Com diversas referências toponímicas associadas (São Pedro Dias, Videeiro, Bidueiro, Alveite, Olho Marinho), o território em análise revela também mudanças mais ou menos profundas na sua tutela, delimitação e gestão. A título de exemplo, em meados do século XVIII os já referidos inquéritos dão conta da integração (pelo menos parcial) da Serra de Alveite no termo setentrional da freguesia de Serpins (referindo-se que dava boa pedra vermelha de cantaria para construção) e, mais tarde, as reformas administrativas do século XIX (com a extinção do antigo concelho de Serpins e a sua passagem para a Lousã) foi este município que administrou (pelo menos uma parte) da Serra de Alveite, ganhando a autonomia de Poiares (1836) um papel de relevo neste território (apenas diminuído, quando de forma temporária, este município foi anexado à Lousã, no final do século XIX).

A relevância patrimonial da Mata de São Pedro Dias-Alveite e da sua envolvência está vinculada a dimensões como a biodiversidade, as condições litológicas, o enquadramento paisagístico e o património cultural.

Por um lado, encerra um dos principais refúgios (e por muitos desconhecido) de carvalhais (*Quercus faginea*) típicos da vegetação mediterrânica na região (figura 4), embora ameaçado pela crescente dispersão de plantas invasoras, sobretudo de *Acacia dealbata* e, em crescendo, de *Acacia longifolia* e *Eucalyptus globulus* – sem esquecer os incêndios florestais. Com efeito, conserva ainda elementos florísticos relevantes, além do referido carvalhal (*Quercus faginea*), como sejam os vastos núcleos de medronheiro (*Arbutus unedo*) e pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*). As condições oferecidas pela flora existente apresentam-se como relevantes para a manutenção de habitats para espécies faunísticas como as que já foram assinaladas no exemplo anterior, entre outras.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 4. Carvalhal na Mata de São Pedro Dias-Alveite (01/2017)

A Mata de São Pedro Dias-Alveite encerra, de igual modo, uma vertente cultural ainda mais relevante, fruto do aproveitamento dos elementos naturais disponíveis nesta área, como sejam a louça de barro preto (olaria) bem como as mós e as cantarias produzidas a partir do grés do Buçaco (nas aldeias circundantes à mata) e historicamente explorado neste território, não esquecendo o património de tantos que, ao longo de décadas, labutaram para a criação e manutenção da mata, cuja casa do guarda-florestal (figura 5) se apresenta com um dos seus ícones.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 4. Casa do guarda-florestal (São Pedro Dias-Alveite, 01/2017)

No plano cenográfico, a Mata de São Pedro Dias-Alveite é também um mirante com amplo horizonte visual, estendendo-se pelo bloco noroeste da Cordilheira Central, Senhor da Serra, Buçaco, Caramulo, entre outros. Ganham de igual modo relevo, o encaixe do vale do rio Alva, e a vista sobre parte da albufeira da Barragem das Fronhas.

Neste contexto, a Mata de São Pedro Dias-Alveite apresenta um conjunto de atributos diferenciadores, configurando uma das paisagens de maior relevo do concelho de Vila Nova de Poiares, à qual urge lançar iniciativas de conservação mas, não menos importante, de valorização e promoção, através de infraestruturas de turismo e lazer, com baixas emissões de carbono e com captação de praticantes de diversas modalidades, que conduzam ao reconhecimento do património natural e cultural de toda a mata, por muitos desconhecida.

Em concreto preconizamos propostas de valorização turística e de lazer, com infraestruturas multimodais de turismo de natureza e turismo ativo, entre as quais se enquadram percursos pedestres, trail, trilhos de BTT e geocaching, através de um traçado comum (cerca de uma dezena de quilómetros) capaz de permitir a integração/articulação dos recursos ecoculturais mais relevantes e a realização das referidas quatro atividades, com a possibilidade de incluir uma ou mais pequenas extensões em função de particularidades que podem acrescentar valor ao traçado-base.

Em **síntese**, esta reflexão preliminar pretendeu explicitar a relevância dos ambientes florestais para a prossecução de objetivos de educação ambiental, valorização patrimonial, recreativa e turística, no contexto da sociedade pós-moderna e da ruralidade pós-produtivista.

Os dois exemplos apresentados (localizados na sub-região de Coimbra), além da relevância em matéria de conservação de espécies e habitats vulneráveis (em particular a Mata do Sobral), podem desempenhar também um papel fundamental em matéria de qualificação da paisagem e disponibilidade de territórios para utilização pública através de atividades de recreio com baixas emissões de carbono associadas à natureza.

As nossas propostas de intervenção visam conciliar essas vertentes (perspetiva integrada) de modo a conduzir ao reconhecimento, apreciação, fruição e divulgação do património natural, cultural e paisagístico das Matas do Sobral e de São Pedro Dias-Alveite.

Referências bibliográficas

- Bell, S., Pröbstl, U., Sievänen, T., Tyrväinen, L. & Simpson, M. (eds.) (2009). *European Forest Recreation and Tourism. A Handbook*. Oxon: Taylor & Francis.
- Butler, R., Hall, C.M. & Jenkins, J. (eds.) (1998). *Tourism and Recreation in Rural Areas*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Burns, P. (2013). *Tourism and Climate Change (Global Perspectives)*. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/SustDevMe/peter-burns-tourism-and-climate-change-global-perspectives> (acesso a 9/10/2017).
- Buhalis, D. (2003). *ETourism: Information Technology for Strategic Tourism Management*. Essex: Pearson Education.
- Carvalho, P. (2008). “Questionando as trajetórias e as perspectivas de desenvolvimento das áreas de montanha em Portugal”. In M. Valença (coord. e org.), *Globalização e Marginalidade*. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pp. 935-946.

- Carvalho, P. e Alves, L. (2017). Animação turística, inovação e criatividade no desenvolvimento rural. O caso das Aldeias do Xisto. In F. Sousa., J. Pereira e M. Lopes (coords.), *Animação Sociocultural: Turismo Rural e Desenvolvimento Comunitário*. Chaves, INTERVENÇÃO, pp. 171-179.
- Chorão, M. J. B. (1988). Inventário da Lousã nos Meados do Século XVIII. In *Jornadas de Cultura e Turismo*. Lousã: Câmara Municipal da Lousã, pp.131-153.
- Cooper, C. & Hall, C. M. (2008). *Contemporary Tourism: An International Approach*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Costa, M.E.P. (1992). *Metodologias de Análise da Estrutura de Povoamentos Mistos. Instalação, Recolha e Análise de Dados de Parcelas Permanentes na Serra da Lousã*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Engenharia Florestal apresentada à Universidade Técnica de Lisboa.
- Dashper, K. (ed.) (2014). *Rural Tourism: An International Perspective*. Cambridge Scholars Publishing.
- Daveau, S. (1985). *Les Bassins de Lousã et D'Arganil. Recherches Géomorphologiques et Sédimentologiques sur le Massif Ancien et sa Couverture à L'Est de Coimbra*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1985 (2 vols.).
- Fredman, P. & Tyrväinen, L. (2010). Frontiers in Nature-Based Tourism. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 10 (3), 177-189.
- Font, X. & Tribe, J. (eds.) (2000). *Forest Tourism and Recreation: Case Studies in Environmental Management*. Oxon: CABI Publishing.
- Getz, D. & Page, S. (eds.) (1997). *The Business of Rural Tourism: International Perspectives*. London: International Thomson Business Press.
- Kastenholz, E.; Eusébio, C.; Figueiredo, E.; Carneiro, M. J. e Lima, J. (2012). *Reinventar o Turismo Rural em Portugal. Cocriação de Experiências Turísticas Sustentáveis*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Lourenço, L. (1996). *Serras de Xisto do Centro de Portugal. Serras de Xisto do Centro de Portugal. Contribuição para o seu Conhecimento Geomorfológico e Geoecológico*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento em Geografia Física apresentada à Universidade de Coimbra.
- Poon, A. (1993). *Tourism, technology and competitive strategies*. Wallingford: CAB International.
- Price, M. (2007). *Mountain Area Research & Management Integrated Approaches*. London: Earthscan.
- Roberts, L. & Hall, D. (2001). *Rural Tourism and Recreation: principles to practice*. CABI Publishing.
- Wearing, S. & Neil, J. (2009). *Ecotourism. Impacts, Potentials and Possibilities*. Elsevier. Second edition.
- Weaver, D. (2008). *Ecotourism*. Milton: John Wiley & Sons. Second Edition.
- Richards, G. & Wilson, J. (2007). *Tourism, Creativity and Development*. London: Routledge.

- Sharpley, R. (2003). Rural tourism and sustainability – A Critique, in D. Hall; L. Roberts & M. Morag (sds.), *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot: Ashgate, pp. 38-53.
- Stein, T., Jensen, F., Tanaka, N. & Tyrväinen, L. (2012). Expanding Forests' Benefits: Forest-based Recreation and Tourism. *Forests*, 2(4).
- Tan,S.-K., Kung, S.-F. & Luh, D.-B. (2013). A Model of “Creative Experience” in Creative Tourism. *Annals of Tourism Research*, 41, 153–174.